



**ACÓRDÃO Nº461/2022– TCE–TRIBUNAL PLENO**

**1- Processo TCE - AM nº11872/2016.**

**Apensos:** Processo nº 15421/2018 e 10510/2019.

**2- Assunto:** Prestação de Contas Anual

**3- Órgão:** Hospital Pronto Socorro Dr. João Lúcio Pereira Machado

**4- Exercício:** 2015

**5- Responsável:** Felizardo Francisco de Almeida Monteiro (Ordenador de Despesa),  
José Jorge Pinheiro Guimarães (Ordenador de Despesa)

**6- Advogado:** Não Possui

**7- Unidade Técnica:** DICAD

**8- Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº  
488/2022-DMP, Dra. Fernanda Cantanhede Veiga Mendonça, Procuradora de Contas.

**9- Relator:** Conselheiro Mario Manoel Coelho de Mello.

**EMENTA:** Prestação de Contas Anual. Hospital  
Pronto Socorro Dr. João Lúcio Pereira Machado.  
Exercício de 2015.

*Regularidade com ressalvas. Quitação.  
Recomendação. Determinação. Arquivamento.*

**10- ACÓRDÃO:**

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelos arts. 5º, II e 11, inciso III, alínea “a”, item 3, da Resolução n. 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos do voto do Excelentíssimo Senhor Conselheiro-Relator, **em consonância** com pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

- 10.1. Julgar regular com ressalvas** a Prestação de Contas do Hospital e Pronto Socorro João Lúcio Pereira Machado, exercício de 2015, sob a responsabilidade do **Sr. José Jorge Pinheiro Guimarães**, período de 01/11/2015 a 31/12/2015, na condição de Ordenador de Despesa, nos termos do art. 22, II, e 24 da Lei nº 2.423/96 c/c o art. 188, §1º, II, da Resolução 04/2002-TCE/AM; Manter o julgamento pela regularidade com ressalvas do **Sr. Felizardo Francisco de Almeida Monteiro**, conforme decidido através do Acórdão nº 786/2019-TCE-Tribunal Pleno, proferido nos autos do Processo nº 15421/2018;
- 10.2. Dar quitação** ao **Sr. José Jorge Pinheiro Guimarães**, nos termos dos arts. 24 e 72, II, ambos da Lei nº 2423/96 c/c art. 189, II, da Resolução nº 04/2002TCE/AM;
- 10.3. Recomendar** ao Hospital Pronto Socorro Dr. João Lúcio Pereira



**ACÓRDÃO Nº461/2022– TCE–TRIBUNAL PLENO**

Machado que:

10.3.1.

Atente sobre a criação ou nomeação de servidores investidos em cargos criados especificamente para o desempenho no controle interno, ou, então, que sejam contadores, administradores, advogados, engenheiros, com atribuições específicas para o desempenho de atividades no controle interno.

10.3.2.

Atente sobre as solicitações pertinentes a terceirização de cargos atuantes no âmbito da saúde (médicos)

10.3.3.

Demonstre às Comissões de Inspeções vindouras como se deu a contratação das empresas que executaram tais serviços (criação e implementação da Farmácia Satélite; Criação da Enfermaria de Urgência Cirúrgica, Reforma no Setor de Politraumas; e a reforma das Unidades de Terapia Intensiva I e II), juntando para tanto os processos licitatórios, os contratos, processos de pagamento, relatórios de fiscalização, termos de recebimento provisório e definitivo, entre outros que entendam pertinentes.

10.3.4.

Atente com maior rigor às disposições da Lei de Licitações, especialmente quanto aos casos de contratação direta em razão de emergência, os quais devem ser justificados e fundamentados nos estritos termos legais.

10.3.5.

Mantenha um correto controle patrimonial, com os devidos registros do estado de conservação dos bens, dos responsáveis por sua guarda, além de outras características gerais dos bens materiais e patrimoniais do Hospital como forma de atender aos arts. 94, 95 e 96 da Lei nº 4.320/64.

- 10.4. Determinar** que as Comissões vindouras deste Tribunal ao procederem inspeções ordinárias “*in loco*” no órgão em epígrafe, em exercícios futuros, observem se há reincidência das restrições nº 02, 03 e 06 da Notificação nº 272/2021- DICAD e da restrição nº 01 da Notificação nº 273/2021-DICAD. Caso persistam, que sejam aplicadas multas por esta



Estado do Amazonas  
TRIBUNAL DE CONTAS

Pág. 3

**ACÓRDÃO Nº461/2022– TCE–TRIBUNAL PLENO**

Corte de Contas aos responsáveis pelas execuções das despesas.

**10.5. Determinar** à Secretaria do Tribunal Pleno que adote as providências previstas no art. 161, *caput*, da Resolução nº 04/2002 - TCE/AM, comunicando ao **Sr. José Jorge Pinheiro Guimarães** e ao **Sr. Felizardo Francisco de Almeida Monteiro** acerca do julgamento deste feito, encaminhando-lhes cópia deste Relatório/Voto e do sequente Acórdão;

**10.6. Arquivar** o processo nos termos regimentais, após o cumprimento integral da decisão.

**11- Ata:** 10ª Sessão Ordinária– Tribunal Pleno.

**12- Data da Sessão:** 29 de Março de 2022

**13- Especificação do quorum:** Conselheiros: Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos (Presidente, em exercício), Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior, Mario Manoel Coelho de Mello, Josué Cláudio de Souza Neto e Alber Furtado de Oliveira Júnior (Convocado).

**14- Representante do Ministério Público de Contas:** Dr. João Barroso de Souza, Procurador-Geral.

**YARA AMAZÔNIA LINS RODRIGUES DOS SANTOS**

Conselheira-Presidente, em exercício

**MARIO MANOEL COELHO DE MELLO**

Conselheiro Relator

**JOÃO BARROSO DE SOUZA**

Procurador-Geral